
FINALIZANDO...

O estudo sobre as pretônicas brasileiras, como se viu, tem avançado muito nestes últimos quase cinquenta anos. Conhecem-se hoje variedades de muitos pontos do país espalhados em todas as regiões e já se dispõe de um estudo que busca reunir os pontos coincidentes entre as diversas análises. Mas ainda há muitas áreas a estudar. Afinal o Brasil é grande! O presente trabalho sobre uma das variedades nacionais – a do *subfalar baiano* (reduzida à de falantes com nível universitário de Salvador) – autoriza algumas conclusões ao tempo em que levanta muitas questões para as quais não se encontrou resposta. Mas, como a perfeição é um alibi para a covardia, aqui está ele, inacabado e inacabável, para o acréscimo de uns e para as discordâncias de outros.

A hipótese inicial desta pesquisa foi a de que, no dialeto falado em Salvador, as vogais médias, [o] e [e], e baixas, [ɔ] e [ɛ], ocorressem em distribuição complementar e que ambas variassem com suas correspondentes altas. Era essa a observação que Silva (1974, p. 43-49 apud SILVA, 1981, p. 44-50) tinha feito, com base nos dados do seu idioleto, ao estudar a relação entre os grafemas e as realizações vocálicas correspondentes.

A amostra recolhida para investigar essa alternância no presente trabalho, contudo, mostrou que não só era possível encontrar as alternâncias entre

[u] :: [o] :: [ɔ] e [i] :: [e] :: [ɛ] no mesmo vocábulo (*prop[u]rção :: prop[o]rção :: prop[ɔ]rção* e *n[i]c[i]citam :: n[e]c[e]ssitam :: n[ɛ]c[ɛ]ssitam*) mas também que médias e baixas não se encontravam numa distribuição complementar perfeita.

O exame quantitativo das ocorrências no contexto C___(\$)C nesse *corpus* e o confronto com dados de 50 localidades rurais do território baiano e de uma localidade de Sergipe, retirados, respectivamente, do APFB e do trabalho de Mota (1979), forneceram as seguintes conclusões (cf. 2.1.1):

- a. que nesses dialetos, como no de Salvador, predominam as vogais baixas (*n[ɔ]vela*, *n[ɛ]cessário*), exceto em dois contextos, antes de vogal média não-nasal (*c[o]rreio*, *c[e]rveja*) e antes de vogal alta, em que predominam vogais da mesma altura (*p[u]lítica*, *p[i]rigo*);
- b. que, dentre as amostras baianas examinadas, apenas na variedade de Salvador é significativa a ocorrência de altas, médias e baixas num mesmo contexto: antes de vogal alta da sílaba subsequente;
- c. que qualquer que seja a amostra examinada, em todos os outros contextos, médias e baixas estão em distribuição complementar, exceto por alguns poucos casos.

Tendo em vista os fatos arrolados acima, concluiu-se que, no contexto C___(\$)C, na variedade de Salvador:

1. opera uma regra supradialetal e muito antiga na língua, a *Regra de elevação*, de caráter variável, que torna altas as pretônicas sob certas condições (*c[u]légio*, *s[i]guro*);
2. as pretônicas médias e baixas ocorrem em distribuição complementar (cf. 2.1.2), isto é, médias se realizam antes de vogal não-nasal da mesma altura (*g[o]rjeta*, *d[e]spesa*) e baixas nos demais contextos vocálicos (*int[ɛ]ligente*, *g[ɔ]stava*, *imp[ɔ]rtância*);
3. duas outras regras produzem “exceções”: uma, muito antiga, que atua sobre os /E/ dos verbos e deverbais da primeira conjugação (cf. 3.2: *f[e]char*, *f[e]chadura*); outra que opera variavelmente sobre as pretônicas /O/, /E/, atribuindo-lhes o traço [-bx], onde, na maioria das vezes, elas se realizam como [+bx] (cf. Cap. 3: *p[e]ss[u]al / p[ɛ]ss[u]al*, *pr[o]pina / pr[ɔ]pina*, *d[e]fronte / d[ɛ]fronte*, *m[o]mento / m[ɔ]mento*).

Ainda que o número de dados de pretônicas em outros padrões silábicos da amostra de Salvador não permitissem conclusões definitivas, foi possível perceber que a distribuição complementar entre médias e baixas, mencionada acima, também se estabelece nesses contextos. Ela se verificou quando a pretônica está em posição inicial absoluta (cf. 2.2.1). Antes de vogal média não nasal ocorrem as médias: ([o]relha, [e]feito); antes das demais, ocorrem as baixas: [ɔ]casião, [ɛ]clipse). Quando a pretônica faz parte de um hiato, mantém-se a mesma distribuição, seja ela ou não a primeira vogal nessa sequência (cf. 2.2.2.1): m[o]er, vi[o]leta, pr[e]ocupei e pr[ɔ]ibido, id[ɛ]al.

As vogais dos ditongos e as pretônicas resultantes do processo de redução, ao contrário, não se mostraram sensíveis ao contexto. Fazem exceção o ditongo produzido pela semivocalização de /l/ na sequência /Ol/ e a vogal resultante da sua redução, que pode variar de acordo com a vogal da sílaba seguinte (cf. 2.2.2.2): res[ow]ver :: res[o]ver, c[ɔw]meia, ins[ɔw]vência, c[ɔ]chão).

Em posição inicial absoluta, há, porém, dois contextos em que atuam regras diferentes: antes de /S/ pós-vocálico (cf. 2.2.1.1.1, [i]scola, [i]spécie, [i]stado) e antes de [z] da sílaba seguinte (cf. 2.2.1.1.2: [i]xame, [i]xato, [i]xemplo, [i]xiste).

De acordo com a bibliografia consultada, os processos descritos acima para a variedade de Salvador parecem ser comuns, pelo menos em parte, aos dialetos do Norte e Nordeste (cf. 4.2).

Para descrever esses fatos na amostra estudada, foram estabelecidos dois conjuntos de regras: um de comportamento categórico e outro de comportamento variável. As regras de comportamento categórico são ordenadas antes das regras variáveis. São quatro:

1. uma *Regra categórica de elevação* (RCE), que precede as demais e torna alto todo /E/ em posição inicial absoluta seguido de /S/ implosivo, como em [i]scola, [i]scuro (cf. 2.2.1.1.1);
2. três *Regras categóricas de timbre* (RCT), que se ordenam disjuntivamente: as duas primeiras em relação à terceira, que é uma regra *elsewhere*. São elas:
 - i. a RCT-1, que torna média toda vogal /E/ precedendo uma consoante palatal em verbos e deverbais da primeira conjugação, como em f[e]char, f[e]chadura, plan[e]jar, plan[e]jamento (cf. 2.1.2);
 - ii. a RCT-2, que torna qualquer vogal pretônica, /O/ ou /E/, em uma vogal média quando ela precede outra vogal média não-nasal,

qualquer que seja o padrão silábico em que esteja inserida, como *c[ɛ]reja*, *c[o]rreio*; *[o]relha*; *m[o]er* e *vi[o]leta* (cf. 2.1.2; 2.2.1.2; 2.2.2.1.1 e 2.2.2.1.2);

- iii. e a RCT-3, que torna baixa toda vogal pretônica, /O/ ou /E/, a que não se aplicaram as regras ordenadas antes, como: *ass[ɔ]ciação*, *filmac[ɔ]teca*, *ac[ɔ]plamento*, *pr[ɔ]põe*; *im[ɛ]diata*, *d[ɛ]pósito*, *ap[ɛ]sar*, *d[ɛ]zembro*; *[ɔ]cupam*, *h[ɔ]nesto*, *[ɔ]lhava*, *[ɔ]rdinariamente*; *[ɛ]ducação*, *[ɛ]c[ɔ]nômico*, *[ɛ]tária*, *[ɛ]ssencial*; *pr[ɔ]ibido*, *c[ɔ]ação*, *p[ɔ]ente*; *r[ɛ]unir*, *l[ɛ]pardo*, *r[ɛ]agir* etc. (cf. 2.1.2, 2.2.1.1.2, 2.2.1.2 e 2.2.2.1.2).

As regras variáveis que atuam depois das regras categóricas concorrem com elas, pois se aplicam nos mesmos contextos. São quatro: as três primeiras, *Regras variáveis de elevação* (RVE), que tornam as pretônicas preferencialmente altas em contextos determinados; e a quarta, *Regra variável de timbre* (RVT), que produz pretônicas médias sob certas circunstâncias, sobretudo sociais.

A RVE-1 (Primeira regra variável de elevação) descreve a maior probabilidade de /O/ se realizar como [u] quando:

- a. é seguida por uma vogal alta, nasal ou não: *br[u]chura*, *c[u]rtina* (cf. 2.1.3.1.1.1);
- b. é uma pretônica que varia na família lexical com uma vogal acentuada alta: *disc[u]brir* / **disc[u]bro* (cf. 2.1.3.1.3);
- c. vem precedida por uma consoante velar ou uma labial: *c[u]nheço*, *g[u]verno*, *p[u]rção*, *b[u]rracha* (cf. 2.1.3.1.2.1);
- d. vem seguida por uma consoante labial: *pr[u]fessor*, *c[u]bertor* (cf. 2.1.3.1.2.2).

A RVE-2 (Segunda regra variável de elevação) opera apenas sobre /E/, favorecendo a sua realização alta, ou seja, como [i], quando essa vogal:

- a. vem seguida de uma vogal alta não-nasal ou nasal: *p[i]cúlio*, *pr[i]sunto* (cf. 2.1.3.1.1.1);
- b. é uma pretônica que varia na família lexical com uma vogal acentuada alta: *s[i]rviço* / **s[i]rvo* (cf. 2.1.3.1.3);

- c. vem precedida de uma consoante labial ou dento-alveolar não-lateral: *cab[i]ceira*, *t[i]soureiro* (cf. 2.1.3.1.2.1).

A RVE-3 (Terceira regra variável de elevação) opera também somente sobre /E/ inicial seguido de [z], tornando-o [i] preferencialmente antes de vogal alta: *[i]xibida*, *[i]xata*, *[i]xame* (cf. 2.2.1.1.2).

A RVT (*Regra variável de timbre*) atua sobre as vogais /O/ e /E/ tornando-as médias. As condições linguísticas mais favoráveis para a aplicação dessa regra são:

- a. serem as vogais da sílaba seguinte preferencialmente altas, e secundariamente nasais;
- b. estar a pretônica em vocábulos de uso não-popular.

Essa regra, que tem motivação social, funciona preferencialmente: primeiro, no grupo de mulheres de faixa etária 2 (35 a 55 anos); e depois, no dos homens da faixa etária 3 (56 anos ou mais); e mais: em indivíduos dessas duas faixas (F₂ e F₃) que constituem a primeira geração universitária da família.

A hipótese explicativa para esses dados é a de que essa regra tenha sido introduzida no dialeto de Salvador – e em outros subfalares do Nordeste – como um traço de prestígio, cuja origem é a cidade do Rio de Janeiro, antiga capital brasileira e até hoje foco de difusão de hábitos culturais.

Essas duas últimas regras, a RVE-3 e a RVT têm, neste trabalho, uma formulação provisória por se basearem em um número pouco representativo de dados. Acredito que projetos que contemplem esses dois aspectos possam, especialmente no caso da RVT, trazer à tona informações muito pertinentes.

As regras consideradas acima, mesmo as regras categóricas, ainda podem deixar de operar por interferência da morfologia, como perceberam os estudiosos do tema desde a primeira metade do século XX, porque as barreiras morfemáticas funcionam como um fator de preservação da vogal básica (cf. 2.1.4). É o que explica, por exemplo, o [e] de *l[e]trinha*, o [o] de *gar[o]tada*, o [e] de *parc[e]ria*, o [o] de *s[o]breposta*, que poderiam se realizar, respectivamente, como **litrinha* :: **l[ɛ]trinha*, *gar[ɔ]tada*, *parc[i]ria* :: **parc[ɛ]ria*, **s[u]breposta* :: *s[ɔ]breposta* se a elas fossem aplicadas as regras já descritas.

Mas essa interferência nem sempre acontece. Quando essas barreiras se afrouxam e o significado do vocábulo perde seu vínculo semântico original, essas regras passam a atuar sobre a pretônica do derivado. Veja-se, por exemplo, o [u] de *diret[u]ria* (*diret[o]r+ia*), o [o] de *far[o]lete* (*far[ɔ]l+ete*), e o [ɔ] de *astr[ɔ]l[u]gia* (*astr[u]+logia*). Por serem mais produtivos na língua, os sufixos *-mente*, *-inho* e *-zinho* – e, ao que parece, também outros sufixos de grau – tendem a manter mais fortemente a barreira morfológica e, em consequência, preservar a vogal básica da ação das regras.

Em qualquer pesquisa, linguística ou não, os resultados que se apresentam num dado momento são parciais e limitados à amostragem em que se baseiam. Em muitos pontos deste trabalho isso ficou evidente, fosse no refinamento dos contextos que compõem as descrições estruturais das regras, fosse em suas hipóteses explicativas. Minha amostra, constituída segundo critérios externos (número de horas, tipo de informante etc.), não ofereceu dados suficientes para tirar conclusões sobre alguns tópicos com certa segurança. Nesse caso, preferi excluir das regras os traços sobre os quais não se obtiveram resultados bem definidos. Nesse caso os mantive apenas como conjecturas, explicações para as quais foram reunidas poucas evidências.

Ressente-se também esta pesquisa da utilização de outras amostras, socialmente diversificadas. Para prosseguir-la, portanto, seria desejável incluir mais dados que preenchessem lacunas em certos contextos gramaticais, ampliar o *corpus* com amostra de informantes cultos em situação formal e em situação de interação com outro locutor, para testar a hipótese de que a RVT seja sensível ao fator “estilo”, e acrescentar amostras de falantes com escolaridade baixa e média, para verificar se o conjunto de regras permanece o mesmo no tempo aparente e, principalmente, se a RVT atinge outras classes sociais. Finalmente, esta pesquisa ganharia muito se obtivesse resultados de uma amostragem que incluísse crianças e adolescentes.

Descrevi e expliquei a variação das pretônicas por regras variáveis. Passados tantos anos depois de terminada a pesquisa que dá origem ao livro, devo confessar que não postulo mais a tese de que a elevação das pretônicas no Brasil seja inteiramente um fenômeno neogramático, que essa seja ainda uma regra viva que atue em todo o país, mas uma regra em declínio que deixa vestígios diferentes em cada região, o que explicaria não só as variações dentro do mesmo dialeto mas também variações diatópicas como *s[u]fã* / *s[ɔ]fã*, *b[u]tar* / *b[ɔ]tar*, *jat[u]bá* / *jat[ɔ]bá*, *t[u]pete* / *t[ɔ]pete* e outros.

A ambição de qualquer pesquisador é ter conseguido levar a compreensão do seu objeto de estudo um pouco mais longe, isto é, partindo de onde deixaram os seus antecessores, acrescentar mais um dado ao conhecimento do tema. Se fiz alguma coisa como essa, foi a compreensão da variação entre as pretônicas como um mecanismo duplo, que explica a variação no eixo horizontal, no espaço geográfico, e a encaixa no quadro nacional.

Entender a variação dessas vogais como resultado de duas regras – uma que coloca a variação entre médias, abertas e fechadas, no âmbito regional e outra que vê a elevação das médias como um fenômeno geral no português brasileiro, independentemente de fronteiras regionais – significa, na minha visão, simplificar o quadro descritivo da língua nacional. Esse entendimento, me parece, é que se candidata a ser, neste trabalho, o meu pequeno tijolo nessa construção.

Apesar dos avanços obtidos nos últimos trinta anos, esse tema parece ter ficado limitado, pelo menos nas dissertações e teses acadêmicas, à exploração sincrônica, embora essa avaliação possa ser resultante da minha ausência durante tantos anos. Desejo que seja essa uma impressão falsa, fruto do meu desconhecimento, caso contrário ainda restará uma pergunta sem resposta: por que as pretônicas médias do Norte, especialmente do Nordeste (justamente a de colonização mais antiga), se distribuíram de modo tão distinto das sulistas?

Não estou convencida de que na história do português no Brasil houve uma fase em que /E/ e /O/ pretônicos se realizassem como médias fechadas, o que justificaria falar que houve simplesmente um abaixamento na variedade nordestina. Utilizando as informações dos gramáticos e ortógrafos, parte das quais apresentei aqui e que, com o suporte das reflexões de Kiparsky (1968), tentei interpretar em um artigo de 2013¹⁸³, levantei uma hipótese para explicar as distinções no uso das pretônicas dos dialetos regionais brasileiros. Teria havido um período na história do português colonial em que o sistema baseado no conhecimento da palavra, isto é, na origem da pretônica em cada palavra (se em crases ou certos grupos de consoantes latinos etc.) se desfez na comunidade de novos falantes. Quando isso aconteceu, as vogais /e/ e /ɛ/, /o/ e /ɔ/ passaram a variar aleatoriamente, estabelecendo-se finalmente um contexto fonológico.

Porém comprovar essa hipótese – reconheço – não é tarefa fácil. Precisaríamos encontrar documentos antigos que atestassem que esse período existiu. Uma fonte normalmente utilizada são os erros de grafia em documentos da época, mas, como a escrita não distingue no português as pretônicas abertas das fechadas, que não se opõem, essa pesquisa torna-se praticamente inviável. Outra pos-

¹⁸³ Cf. Silva (2013).

sibilidade seriam os testemunhos da época em documentos diversos, em textos de estudiosos, em anotações pessoais de diletantes ou de mestres-escolas, enfim de qualquer curioso que nos tenha deixado o legado de sua curiosidade.

Para procurar no substrato do português outra resposta para a questão acima formulada, nos defrontaríamos com a dificuldade de encontrar dados sobre o sistema fonológico das línguas indígenas e africanas que conviveram com a língua dos colonizadores.

Contudo, tendo em vista que a diacronia é “a *arte* de fazer o melhor uso de *maus dados*”, como nos lembrou Labov (1982 [1969], p. 20), acho que ainda é possível prosseguir. Por isso passo aos jovens pesquisadores a questão:

Por que os falares brasileiros sofreram essa divisão entre Norte e Sul?